Parte 1 - Os fundamentos de um novo modelo agrícola
**Capítulo 2 - A inovação no desenvolvimento do agronegócio na
Argentina: o papel da Asociación Argentina de Productores em
Siembra Directa (AAPRESID)**

Carla Gras
Valeria A. Hernández

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GRAS, C., and HERNÁNDEZ, V.A. A inovação no desenvolvimento do agronegócio na Argentina: o papel da Asociación Argentina de Productores em Siembra Directa (AAPRESID). In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 43-62. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4. <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 2

A inovação no desenvolvimento do agronegócio na Argentina: o papel da *Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa* (AAPRESID)¹

• • • • •

CARLA GRAS
VALERIA A. HERNÁNDEZ

INTRODUÇÃO

O forte crescimento da produção agrícola observado desde finais do século XX em boa parte da região sul-americana deve seu dinamismo à hegemonia alcançada por um novo modelo de negócio baseado na produção agropecuária, modelo que recompôs modos de vinculação entre os atores do mundo agroalimentar e organizou novas alianças entre setores que anteriormente conservavam sua autonomia (o da produção primária, o da provisão de insumos, o das grandes empresas exportadoras, o científico, o das associações/corporações, o financeiro, etc.). Como consequência dessa evolução, na Argentina, a agricultura empresarial, consolidada durante a “primeira modernização agrícola” (década de 1960), teve no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 um rearranjo em seu interior, com o surgimento de novas formas empresariais e modos de gestão do negócio. Um elemento central para compreender essas evoluções se refere ao papel do conhecimento como fator direto de produção e como matriz ideológica: essa dupla função reorganizou dinâmicas produtivas e sociais no interior das empresas, bem como teve participação na construção de sentidos para dar conta das profundas transformações pelas quais passava o mundo agrorural. A “inovação” passou a ser tanto um recurso para melhorar a produção quanto um valor moral,

Traduzido por Heitor Levy.

¹ “*Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa*” (AAPRESID). Manteve-se no original por tratar-se do nome de uma associação. (N. do T.).

uma qualidade subjetiva que os agentes agrários deviam desenvolver. Novas conexões emergiram entre o setor da ciência e tecnologia e o setor produtivo (como as *Unidades de Vinculación Tecnológica* ou as Parcerias Público-Privado²). Foram estimulados novos perfis sociais como os “bioempreendedores”³ no âmbito acadêmico e os “agroinovadores”⁴ no setor agroprodutivo.

Neste capítulo, nos propomos a tratar do papel desempenhado pela “inovação” no processo de transformação do modelo de desenvolvimento agrícola que se cristalizou na Argentina entre o final dos anos 1990 e começo da década de 2000, enfatizando o papel de uma associação de produtores que concentrou uma grande parte dos líderes e pioneiros do agronegócio, a *Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa* (AAPRESID).⁵ Com esse objetivo faremos, em primeiro lugar, um breve percurso para situar historicamente a emergência de novo modelo de negócios no meio agrário. Em segundo lugar, focalizaremos a “inovação”, mostrando as funções que desempenha nos níveis produtivo, organizacional e identitário. Em terceiro lugar, nos voltaremos ao modo pelo qual a AAPRESID liderou o paradigma produtivo que se tornou hegemônico, mobilizando a dimensão tecnológica para fundamentar sua posição dominante. As reflexões que apresentamos nas próximas seções se baseiam em um extenso trabalho de pesquisa realizado durante dez anos (2003-2013), o qual incluiu trabalho de campo na entidade analisada, entrevistas com atores-chave do setor (produtores, empresários, cientistas, políticos, etc.), revisão de diversos materiais de arquivo da AAPRESID (como a revista institucional, atas de congressos, informes, etc.), bem como uma análise detalhada da presença midiática dessa entidade ao longo dos últimos 20 anos.

1. OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NA ARGENTINA: RUMO AO PARADIGMA DO FINAL DO SÉCULO

Os traços que caracterizam o empresariado do setor agropecuário na atualidade apresentam um grande contraste com os modelos anteriores que

² “Convenios de colaboración público-privada”, no original. (N. do T.).

³ Termo utilizado em uma revista universitária para referir-se aos que concluíram o curso de biotecnologia e decidiram criar uma empresa.

⁴ Termo criado pela AAPRESID para referir-se aos produtores que fazem uso das tecnologias disponíveis no mercado: biotecnologia, GPS, informática, etc.

⁵ Pesquisa desenvolvida no âmbito de um programa sobre as biotecnologias no setor agropecuário argentino. Financiada pelos programas ANR-INTERRA (ANR-09-STRA-04) e pela *Agencia Nacional de Promoción Científico y Tecnológico de Argentina* (PICT 2008-1216).

dominaram o Pampa argentino. Conhecida como um vasto espaço rural, essa região esteve originalmente organizada em “estâncias”: grandes extensões de terra concedidas como propriedade ao longo do século XIX pelo Estado, em contrapartida à prestação de diversos tipos de serviços (participação nas guerras da independência e contra os povos originários, em expedições comerciais, etc.). São áreas que podiam simplesmente ser vendidas a preços muito baixos com o objetivo de “civilizar” e integrar ao Estado-nação aquelas terras nas quais “empresários da imigração” instalavam famílias de imigrantes através do sistema de “colonizações” (Barsky; Gelman, 2001; Gori, 2002). Assim, desde muito cedo, foi se organizando a exploração capitalista agropecuária mediante a produção em grande escala (Sábato, 1988), cujo protagonista central foi o *terrateniente*.⁶

Os chamados “modelos agroexportadores” de meados e fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX no Cone Sul se basearam na produção de *commodities* para as indústrias dos países centrais e, posteriormente, para os modelos de industrialização visando à substituição de importações. Até os anos 1930, a “estância” e a figura social correspondente, o *terrateniente* foram o motor incontestável do modelo agroexportador argentino; nele se sustentou o crescimento que colocou o país entre as dez maiores economias do começo do século XX. O chamado estancamento pampeano das décadas seguintes colocou em questão o papel dos *terratenientes* e da grande propriedade em termos de sua contribuição para o desenvolvimento do país (Sábato, 1987; Graciano, 2008). Entre outras questões, o que se discutia era o grau em que essa figura apresentava um comportamento verdadeiramente capitalista (empresarial), particularmente à medida que seus resultados produtivos se baseavam no aproveitamento de custos diferenciais à escala mundial (Flichman, 1977) e que davam importância ao investimento em capital e à adoção de tecnologias (Hora, 2005; Sábato, 1988).

Até meados da década de 1950, os indicadores mostravam uma queda contínua da rentabilidade agrícola, a estagnação da produção de grãos e, em menor medida, da pecuária de corte. Nesses anos, junto à persistente interpretação do latifúndio como obstáculo para o desenvolvimento do espaço agrário pampeano, a questão tecnológica começou a ser problematizada, e a transformação tecnológica passou a ser considerada como uma das chaves para superar a estagnação da agricultura nos pampas. Essa visão se nutria das ideias desenvolvimentistas que, oriundas de distintas instituições locais e

⁶ A tradução mais apropriada seria “latifundiário” ou “proprietário de terras”, no entanto optou-se por manter no original por tratar-se de um tipo social específico. (N. do T.).

internacionais, começaram a marcar a agenda econômica, promovendo uma participação mais ativa do Estado. No âmbito agrário, ao longo da década de 1960, foram gerados diferentes mecanismos para promover ativamente a mudança tecnológica a partir do poder público. O principal, sem dúvidas, foi o *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária* (INTA), criado em 1958.

Na década de 1960, começaram a se reverter as tendências de estagnação da produção nos pampas, processo que se consolidou na década de 1970 com o crescimento da produção agrícola. Esse crescimento estava moldado pelas demandas das grandes empresas agroalimentares no contexto de um novo regime alimentar global,⁷ no qual as articulações entre as etapas de produção primária e industrialização de alimentos se aprofundaram. Foi a etapa da chamada “expansão agroindustrial” e dos “complexos agroindustriais”, os quais, por sua vez, estavam organizados nacionalmente e haviam sido originados internacionalmente (McMichael, 1997). Assim, aqueles países que, como a Argentina, se especializaram desde muito cedo na produção de grãos e na pecuária de exportação, mantiveram esse padrão produtivo. Porém com uma mudança substantiva: articularam sua produção às tecnologias da chamada revolução verde (Teubal, 1995). Esta se consolidou como paradigma mundial de desenvolvimento capitalista na agricultura e como pilar da reestruturação global dos mercados agroalimentares. Implicou em uma maior penetração do capital a partir de desenvolvimentos tecnológicos que permitiram acelerar o tempo de produção – e, conseqüentemente, de rotação do capital – e a homogeneização dos processos produtivos. Sementes híbridas e melhoradas, agroquímicos e fertilizantes eram parte do pacote tecnológico que a revolução verde promoveu, conformando novos mercados (sementes, agroquímicos) nos quais se consolidou a presença de empresas multinacionais.

Junto à revolução verde, o processo de modernização agrícola que levou à estruturação do modelo atual de agronegócio foi impulsionado, na Argentina, por três fatores. Em primeiro lugar, pelo abandono das políticas que haviam marcado o modelo de industrialização substitutiva (isto é, a transferência de renda do setor agrário para o setor industrial – através dos impostos aos produtores agropecuários – e para o trabalho – via preços da cesta de alimentos). Como resultado, houve uma intensificação das exportações agrícolas

⁷ Segundo a conceituação de Friedmann e McMichael, um regime agro-alimentar se define a partir de uma dinâmica específica na economia política alimentar global. Se caracteriza pela presença de estruturas institucionais, normas e regras específicas que organizam a produção e o consumo mundial de alimentos em um período histórico determinado (Pechlaner e Otero, 2008).

do país, junto à reorientação de cultivos industriais para a exportação, e a substituição de cultivos regionais basicamente orientados para o consumo de setores populares.

Em segundo lugar, de diferentes instâncias multilaterais foi impulsionada a “liberalização da agricultura”. A Organização Mundial de Comércio deu força à criação de outras organizações internacionais e sistematizou uma série de acordos relativos a múltiplas temáticas comerciais, além de confirmar a existência de diferentes normas e promover uma maior regulação privada do setor agroalimentar (Busch; Bain, 2004).

Um terceiro fator se refere às transformações no modelo da dieta dos países centrais (Estados Unidos da América e Europa Ocidental), com as proteínas animais adquirindo papel central (McMichael, 1997; Pechlaner; Otero, 2010; Otero, 2014). Configurou-se, assim, o que Pechlaner e Otero (2008, 2010) denominam como um terceiro regime agroalimentar, o “regime agroalimentar neoliberal”, cujas características centrais consistem em uma profunda transformação dos intercâmbios e na intensificação da divisão global do trabalho agrícola. O novo regime desestruturou as antigas ancoragens nacionais, em que o capital agroindustrial transnacional se posicionava a partir do controle de mercados internos e produções de alto valor. Em seu lugar, instaurou “plataformas produtivas” nos países do sul, orientadas para a satisfação de estratégias globais de abastecimento das grandes corporações (McMichael, 2000). Nessa passagem se estabeleceu a emergência dos chamados “novos países agrícolas”, entre os quais se destaca a Argentina. Nos termos de Achkar, Dominguez e Pesce (2008), esses países constituem “territórios eficientes” para as corporações transnacionais, devido a condições ecológicas, econômicas, de infraestrutura, políticas e culturais que lhes asseguram a reprodução eficaz de seus investimentos.

O modelo de produção agrária que hoje domina o cenário argentino está estreitamente associado ao aumento dos patamares tecnológicos mínimos, a novas formas de capitalização e a concentração produtiva. Assim, a agricultura empresarial de grande escala voltou a ocupar o centro da cena, mas suas dinâmicas estão distantes de ser uma réplica atualizada do antigo regime *terrateniente*. Trata-se de um novo tipo de agricultura de grande escala, cuja singularidade não pode ser compreendida fora do processo de globalização capitalista e cujo sistema produtivo está moldado por um conjunto de práticas, relações e representações vinculadas a uma visão particular sobre os “modos de fazer negócio” na agricultura. A Argentina é um exemplo paradigmático do modo pelo qual o modelo de agronegócio (MA) se instala em um território singular, interagindo com diversos setores (certamente o agropecuário, mas não apenas) e instalando uma visão do meio agrário, na qual a capacidade do produtor de

se converter na imagem do empresário de sucesso socialmente reconhecido, dá conta da incontestável eficiência material e simbólica dos seus promotores como, por exemplo, a AAPRESID.

2. O PAPEL DA AAPRESID NA INSTALAÇÃO DO MODELO DE AGRONEGÓCIO

No novo modelo agrícola, a ciência e a técnica constituem não somente a primeira força produtiva, como também se convertem na matriz do modelo. As inovações científicas e tecnológicas assumem a dupla função de ser tanto fator de produção quanto fator de legitimação (Habermas, 1973). Com efeito, a tecnociência se converte em um *input* do processo de produção agrícola, ao mesmo tempo em que se posiciona como um referente “desejável” para o conjunto da vida social, estruturando tanto o marco simbólico do sujeito quanto o espaço imaginário de referência comum (seja no âmbito do grupo, da instituição ou da comunidade nacional, regional ou internacional). Ambas as funções convergem no modo pelo qual a noção de inovação é atualmente mobilizada pelos atores do negócio agrícola. Tal como mostraremos, ser inovador é tanto uma questão de necessidade “produtiva” quanto um traço subjetivo requerido para obter êxito: estar aberto para adotar as novas tecnologias nas estratégias de negócios levou à criação do substantivo “agroinovador”, utilizado pelos líderes do agronegócio para dar conta dessa atitude “mental”, própria desses empresários exitosos.

A consolidação do MA ocorreu na década de 1990, no marco das transformações estruturais do Estado, seguindo as políticas neoliberais imperantes no mundo ocidental. Com foco no setor agropecuário argentino há que ressaltar a política de neorregulação que supôs a eliminação de quase todos os impostos às exportações, a supressão das tarifas alfandegárias para a importação de bens de capital, o desmantelamento de organismos fiscalizadores e a eliminação de uma série de organismos reguladores que haviam permitido a coexistência de atores econômica e socialmente heterogêneos.

Mediante uma intensa atividade legislativa, permitiu-se a abertura das bolsas locais aos capitais especulativos, dando força à dinâmica de globalização do setor financeiro e à sua participação na atividade agropecuária. Além disso, o Estado suprimiu linhas de crédito para os pequenos e médios produtores, deixando os setores mais frágeis diretamente expostos ao mercado de capital privado (bancos, cooperativas).⁸

⁸ Para se aprofundar na caracterização do contexto e suas consequências no setor agropecuário, ver Gras e Hernández (2009).

Nesse contexto, em 1996, ocorreu um evento altamente significativo para o espaço agrário argentino e para o fenômeno da “agriculturização”: a comercialização da soja resistente ao glifosato,⁹ primeiro cultivo geneticamente modificado. Sua taxa de adoção foi um êxito para as empresas que a comercializaram: em menos de cinco anos, a soja resistente ao *Roundup* (marca comercial do glifosato fabricado pela Monsanto, dona da patente da soja transgênica) se multiplicou e se expandiu para zonas anteriormente não agrícolas.¹⁰ Os cultivos tradicionais dos pampas (trigo e milho), a pecuária e muitos cultivos regionais foram substituídos pela soja transgênica. Esse crescimento foi tão enfático que em 2003 a soja representava a principal *commodity* de exportação do país (grão, farinha e óleo de soja).

A aparição do pacote soja/glifosato favoreceu o avanço da semeadura direta (SD), já que ele se articulou “virtuosamente” com essa técnica de semeadura, substituindo ano a ano a semeadura tradicional (até que esta, atualmente, praticamente desapareceu da região núcleo). Embora em termos conceituais não houvesse uma relação “necessária” entre o pacote soja/glifosato e a SD, a lógica econômica levou a uma imbricação prática entre ambas. Com efeito, a opção por SD + soja/glifosato dava vantagens ao produtor sob vários aspectos: simplificava o manejo do cultivo; baixava custos fixos; reduzia significativamente o tempo de trabalho no campo.

Essa imbricação explica em grande parte o papel desempenhado por uma das duas associações técnicas fundadas no país pelos próprios produtores agropecuários: a *Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa* (AAPRESID).¹¹

⁹ A soja resistente ao glifosato foi aceita para comercialização pela resolução da SAGPyA nº 167, em 25 de março de 1996. A lógica com que se produziu essa semente é a do “encadeamento de inovações”, a qual implica que a adoção de uma tecnologia “obriga” a adotar outras que estão indissolavelmente associadas a ela e que, geralmente, são propriedade da mesma empresa ou de outras a ela vinculadas por acordos comerciais. No caso da soja transgênica da Monsanto, por meio da transferência de genes, se pode introduzir no interior do genoma da soja o gene de resistência ao herbicida glifosato, produto que a Monsanto já vinha comercializando há anos (sob o nome de *Roundup Ready*). Desse modo, junto ao novo organismo vegetal geneticamente modificado (OVGM), foram incorporados ao horizonte agrícola uma série de produtos e técnicas, complementares entre si, que conferem vantagens competitivas a esse “pacote” frente a outros cultivos e produtos.

¹⁰ No ano agrícola 1996/97, a soja resistente ao glifosato representava 1% da superfície cultivada com essa espécie, enquanto no ano agrícola 2000/01 mais de 90% do cultivo era dessa espécie transgênica.

¹¹ A outra associação, fundada anteriormente (1957) é a *Asociación Argentina de Consórcios Regionales Experimentales Agropecuários* (AACREA).

2.1 AAPRESID e a construção de um novo paradigma: a agricultura do final do século XX

Não se pode compreender a evolução da AAPRESID desde sua fundação legal (1989) até os dias atuais sem levar em conta essa origem tecnológica, fortemente solidária ao desenvolvimento das agrobiotecnologias. Contudo, a visão que, por fim, assumiu a AAPRESID da atividade agropecuária “como um negócio” (que eles chamaram em um momento inicial de “paradigma de fim de século”), do mundo rural como um espaço ligado à economia global, e da Argentina como provedora de *commodities*, são posicionamentos que não estavam inscritos no seu surgimento. Pelo contrário, constituem construções sociais resultantes de um processo no qual intervieram diversas visões sobre o espaço agrário, as alianças estabelecidas entre a AAPRESID e os grandes atores do sistema agroalimentar argentino, as políticas públicas, regulações e normas para o setor. Essas diversas visões foram se confrontando, disputando, e se sintetizando ao longo dos primeiros anos de existência da associação, até consolidar, finalmente, uma posição no interior da AAPRESID.

Um traço impresso pelo grupo fundador aapresidista, desde o princípio, como elemento de distinção, foi a capacidade de inovação. Tal como o coloca um jovem integrante do *staff* técnico da *Asociación*, os fundadores: “eram contra tudo o que se sabia neste momento; contra o que dizia o INTA, os engenheiros agrônomos em geral, os livros... Todos lhes diziam que eles estavam loucos, mas eles sabiam que tinham razão; se dispuseram a experimentar a semeadura direta nos seus próprios campos e deu resultado. O mais difícil foi convencer os associados ou, como no meu caso, o meu próprio pai. Eram pessoas que vinham arando há gerações, que é o ABC da agricultura: sem arado não há semeadura, era um pouco assim”.¹²

É comum ler na imprensa local artigos que colocam a AAPRESID como responsável pela “segunda revolução dos pampas”, em cujo marco a produção de grãos duplicou em menos de 20 anos, chegando a mais de 100 milhões de toneladas em 2012/2013.¹³ Ao explicar o caminho percorrido, a dirigência aapresidista parte de um cenário de origem no qual o produtor teve que buscar as respostas técnicas e de conhecimento sem o apoio das instituições científicas ou dos profissionais relacionados à agricultura: “[...] o produtor foi além do apoio recebido de seus centros de pesquisa ou da provisão de profissionais por

¹² Ricardo, entrevista, 2005, Rosário. Os nomes dos entrevistados são fictícios.

¹³ Esse crescimento se explica basicamente pelo cultivo da soja transgênica, cuja produção passou de 11 milhões de toneladas em 1993, para 40 milhões em 2010.

parte das entidades, como as universidades. [...] Analisando a trajetória da pesquisa e a formação de profissionais, lamentavelmente, vieram, neste caso em particular, depois do que nós produtores fomos desenvolvendo”.¹⁴

Esse tipo de defecção que é atribuída ao sistema científico-tecnológico e à sua extensão agropecuária é uma condição inicial que legitima o papel que se autoatribui a *Asociación*: formular as respostas que o produtor precisa para incorporar a tecnologia. Nesta dinâmica “nós/eles”, o “eles” representa o *establishment* técnico e político, que não acreditava no sistema de SD, e o “nós” remete àqueles que se dispuseram a inovar, lutando contra os preconceitos (como reconheceu, anteriormente, Ricardo) dos que não acreditavam em uma agricultura sem arado, em benefício do progresso e do bem-estar do setor agropecuário.

A técnica de SD, cuja adoção é apresentada como um ato desafiador/revolucionário lhes permitiu que se inscrevessem tanto no campo econômico-produtivo quanto no campo sociopolítico. Ao insistir “no quão sozinhos estavam”, no “vazio deixado pelas instituições do setor” conseguiram construir a necessidade de sua existência, de uma só vez como instituição produtora de um saber técnico específico e como produtora de um “espaço social de encontro” para os atores da transformação. Desde o primeiro momento, a convocatória lançada por esta *Asociación* foi claramente a de levar adiante uma dupla transformação (conceitual e prática) do produtor e de sua empresa. Como dizia seu presidente honorário e membro do núcleo fundador, V. Trucco, na abertura do congresso nacional da AAPRESID de 1993 (cujo título foi “*La siembra directa y la agricultura de fin de siglo*”) tratava-se de fundar “um Novo Modelo de Agricultura que constitua a base de um projeto viável para o espaço agrário argentino” (Acta II Congreso, 1993, p. 17). Mas, nesse “fim de século”, o ressurgir, conforme é referido pelos dirigentes aapresidistas, mobilizou a imagem de um “campo” cuja riqueza derivou de sua capacidade de incorporar os mais avançados e diversos conhecimentos. Com efeito, a nova agricultura baseada na SD,

emprega menos tempo operativo, dá e requer mais tempo intelectual [...]. [O produtor] Terá que ter a aptidão para se capacitar. Para isso integrar associações, comparecer a reuniões de campo, congressos, visitar estabelecimentos-modelo e ler, experimentar no seu próprio campo, consultar, anotar e discutir os resultados. [...] saber avaliar o resultado de sua empresa, dos créditos, dos investimentos, o mercado, a comercialização, os impostos a pagar, etc. [...] Devemos aprender o manejo de instrumentos modernos como a computação (Acta II Congreso, 1993, p. 19).

¹⁴ R. Peiretti, membro fundador e presidente da AAPRESID.

A importância da tecnociência nesse “paradigma agrícola” os levou a postular a necessidade de novas alianças: “A aplicação deste modelo [...] terá um impacto econômico importantíssimo [...]. Serão necessários maiores serviços de transporte, bancários, seguros, etc. Esta Aliança pode constituir uma base de um modelo de crescimento sustentável global da Economia Argentina [...]” (Prólogo, 1992, p. 22). Desse modo, desenhou-se uma nova geografia produtiva na qual se associaram a indústria de máquinas agrícolas (para adaptar as semeadoras convencionais às novas exigências da “direta” e para a produção de pulverizadoras), as empresas de insumos agrícolas, o capital financeiro e os grandes grupos exportadores de grãos. A lógica que articulou este mapa de alianças foi a “transetorialidade”, ou seja, uma interconexão entre setores de atividade anteriormente diferenciados que, sob a dinâmica da globalização capitalista, geraram convergências materiais e simbólicas. Criaram-se então novas práticas e interesses econômicos transetoriais, bem como novas identidades sociais e profissionais.

A potencialização da lógica transetorial no setor agropecuário argentino teve dois pilares centrais: o político (hegemonia do neoliberalismo) e o tecnológico (liderado pelas empresas transnacionais). Em relação ao primeiro, cabe destacar algumas leis que tiveram consequências diretas na construção da lógica transetorial no espaço agrário: as leis 24.083 (1992) e 24.441 (1994), que regulamentam os fundos comuns de investimento e os fideicomissos, possibilitando os *pools* de semeadura, nicho privilegiado do capital financeiro; as modificações na lei de arrendamentos, que excluíram de seu alcance aos chamados “contratos acidentais”,¹⁵ favorecendo uma mudança na matriz de contratação da terra; e o decreto 2284 (1991) que liberalizou os fluxos de capital. Em relação ao pilar tecnológico, além da liberação comercial da soja transgênica (1996), foi essencial a privatização das telecomunicações, que impulsionou o acesso às modernas comunicações por satélite e o desenvolvimento do mercado de tecnologias numéricas. Tais circunstâncias posicionaram os atores transnacionais, que passaram a desempenhar um papel de protagonistas na orientação do tipo de tecnologia ofertada no setor agropecuário, no centro da cena econômica.

A busca do novo modelo agrícola para criar alianças transetoriais ocorreu simultaneamente a um trabalho de construção de identidade “para dentro” do

¹⁵ São contratos previstos pela legislação argentina. Vigoram por um período de até duas colheitas agrícolas no máximo. As duas colheitas podem ser realizadas à razão de uma por ano, ou no mesmo ano agrícola quando é possível fazê-las sobre a mesma superfície. Nesse caso, o contrato dura menos de um ano calendário.

próprio setor agropecuário. Em torno das novas competências, tecnologias e maquinário específico requeridos, foi se desenvolvendo um jargão próprio do grupo de inovadores que os permitia identificar-se em um “entre nós”. Isso deu lugar a uma trama cada vez mais densa de identificações entre aqueles que compartilhavam o caminho da mudança. Medir o rendimento, a rentabilidade, a equação custo-benefício da SD, os OGM e os insumos que os novos cultivos requeriam obrigou tais empresários a construir de maneira coordenada suportes materiais e simbólicos próprios. Esse trabalho fundacional foi edificando as fronteiras que delimitaram um “dentro”, os “empresários agroinovadores”, e um “fora”, os conservadores refratários às mudanças. Nessa luta para abrir caminho para “o progresso”, se autoatribuíram o papel de promotores da “sociedade do conhecimento”.

A direção aapresidista encarnou o novo sistema de cultivo, explicitando em seus congressos anuais e em outras ações coletivas uma concepção da atividade apresentada como uma alternativa de superação tecnológica do antigo e enraizado antagonismo conservacionismo *vs* produtivismo: “Se conservamos o solo, produzimos pouco; se produzimos muito, o degradamos. Mas o que acontece quando aparece todo um pacote tecnológico que me permite aumentar a produção e conservar, ou até melhorar os recursos, sobretudo o recurso fundamental da produção agropecuária que é o solo? [...] É por isso que este sistema é sustentável e essa foi a oportunidade vislumbrada por estas pessoas [AAPRESID]”.¹⁶

A AAPRESID apareceu, assim, como o âmbito no qual se criou um “círculo virtuoso”, apresentando “uma alternativa para a pequena, média e grande empresa”, “uma estratégia para todos”: a agricultura baseada na inovação e cuja lógica de negócio está fundada nas alianças transetoriais.

O tempo de trabalho físico economizado graças às novas tecnologias passou a ser investido de diversas maneiras: por um lado, pode-se dedicar mais tempo ao *management*, a construir redes com outros setores de atividade (crescimento vertical) e a incrementar a escala (crescimento horizontal). Tudo isso levou ao “Aumento de valor agregado da produção” e à “Incorporação de outras atividades: prestar serviços a terceiros ou ter outros trabalhos não relacionados. Produtores *part-time*” (Acta II Congreso, 1993, p. 19). Assim, o conhecimento enquanto capacidade intelectual se combinou com a reorganização do trabalho entre os “grandes”, que conseguem ampliar a escala, e os “produtores *part-time*”, que prestam serviço aos primeiros. Essa noção de

¹⁶ Entrevista 2005, engenheiro agrônomo, docente do mestrado em semeadura direta da Universidade de Buenos Aires.

produtor preparou o caminho para um perfil com múltiplas competências, não necessariamente relacionadas com a produção direta de matéria-prima. Além disso, a ideia de crescimento vertical se traduziu na trama institucional com a criação ou reativação de associações ligadas às cadeias de produtos (ASAGIR, MAIZAR, ACSOJA¹⁷). Essas mudanças ressaltaram a obsolescência da figura do *chacarero*¹⁸ e a centralidade do “empresário inovador” como referente do novo paradigma.

3. GERANDO OS CONTEÚDOS E OS COMPORTAMENTOS DO NOVO NEGÓCIO

A “agricultura” requeria um “homem novo”. O chamado para “fundar uma nova agricultura” (1992) foi o primeiro passo de um processo de metamorfose que, com o tempo, se cristalizou na fundação de um paradigma do qual a SD é apenas um dos componentes. A passagem da difusão do sistema de SD à fundação de um “paradigma para o país” implicou na estabilização de um ideário, com seu vocabulário e práticas próprias (Hernández, 2009).

No marco de um *feedback* permanente entre dirigentes, associados, outras associações e a sociedade em seu conjunto (pela via dos meios de comunicação de massa, das entidades educativas, do âmbito científico, etc.), foi se construindo o conteúdo e a geometria específica do novo paradigma. Deste modo, a AAPRESID foi a portadora de uma “visão” e sua missão foi guiar seus associados, o setor e o país por um caminho que lhes permitisse ver o mundo a partir do prisma que ela propunha. Reciprocamente, quanto mais produtores, empresários, instituições, atores compreendessem os fundamentos do novo paradigma, compartilhassem sua importância, não somente para o “agro argentino” mas para a sociedade em seu conjunto, assumindo este programa como seu, maior seria a base social da *Asociación* e a legitimidade de suas propostas.

A AAPRESID iniciou assim uma tarefa pedagógica por meio da qual mostrou o papel central do conhecimento para a realização do melhor “negócio agrícola”. Isso fez com que convocassem especialistas em questões como as biotecnologias, a gestão empresarial, as novas tecnologias de informação e de comunicação, para citar as mais relevantes. Nos congressos anuais da *Asociación*, em suas revistas, nos cursos de capacitação, começaram a explicar

¹⁷ *Asociación Argentina de la cadena del Girasol; Asociación Argentina de la cadena del Maíz; Asociación Argentina de la cadena de la Soja.*

¹⁸ Este ator, característico da região dos pampas argentinos, foi muitas vezes comparado ao *farmer* norte-americano.

os fatores que intervêm na nova empresa, a partir de então complexificada. Seus contornos já não coincidiam com “o campo”, nem com as potencialidades da família em relação às posições ocupadas por seus agentes, nem com os saberes técnicos tradicionais. Tratava-se, isso sim, de grupos de investidores, do planejamento para a “tomada de decisões”, das diferenças entre mercados. Fundamentalmente, se explicitou a nova racionalidade que deveria, dali por diante, orientar o negócio empresarial segundo o novo paradigma, no qual a materialidade da terra (hectares) e dos insumos utilizados (custos) seria substituída por fatores imateriais como a organização (tempos operativos) e as finanças (o investimento de capital).

No marco do V Congresso Nacional realizado em 1997 ficou evidente a visão integral que estes dirigentes tinham sobre o conhecimento (prática, intelectual, simbólica e ideológica): “Nós, produtores organizados através da AAPRESID, queremos exercer uma *liderança intelectual, técnica, produtiva e estratégica*. Desejamos oferecer aos agricultores um estilo, um modelo, uma forma e ao mesmo tempo uma esperança, ou seja, uma missão que constitui a forma de se inserir e não apenas de superar estas circunstâncias, as quais ademais devem ser consideradas como uma oportunidade. [...] O nucleamento na AAPRESID obedece a novas razões, posto que não se produziu por interesses relacionados à escala econômica ou de tipo gremial, mas é de natureza intelectual, é a busca de capacitação” (V CONGRESSO, 1997, p. 19; grifo nosso). Nesse novo ciclo identitário, o interlocutor da AAPRESID já não era o produtor, mas o “empresário inovador”. Assim, convocaram os associados a se envolver em todos os ciclos da cadeia agroindustrial. A empresa então proposta começou a se mostrar incompatível com a gestão familiar: primeiro, porque o âmbito no qual se pensava “o negócio” no paradigma aapresidista não era o doméstico, mas aquele que supunha uma rede global de agentes econômicos, instalados de frente para o mercado internacional; e, segundo, porque os conhecimentos necessários para gerenciar a “empresa – rede inovadora” seriam adquiridos em espaços como o sistema de ensino superior de *management*, nos diversos cursos de pós-graduação de especialização de profissionais, ou graças ao contato com especialistas ou intelectuais afins à inovação necessária (biotecnólogos, financistas internacionais, consultores de informática, etc.).

Os saberes implicados na “empresa – rede inovadora” são de outra complexidade. De acordo com os exemplos transmitidos por tais dirigentes, são inovadoras aquelas empresas que aspiram a desenvolver negócios em nichos como o das agrobiotecnologias, os serviços ambientais ou os biocombustíveis. Consequentemente, seu CEO deve ter competências profissionais que precisam sempre ser atualizadas (especializações na pós-graduação, *workshops*,

estágios em centros acadêmicos no exterior, etc.). Essa (re)conceitualização da empresa e dos agentes que a conduzem é fundamental para compreender a transformação do perfil socioproductivo que esses atores introduzem em suas práticas e no tipo de liderança que promovem no setor.

3.1 Fundando subjetividades: a mudança de mentalidades

Com o objetivo de consolidar uma imagem socialmente aceitável, os promotores do paradigma do agronegócio realizaram ações cujo alcance transpôs as fronteiras do setor agropecuário, ao mesmo tempo que construíram dispositivos específicos com o fim de influenciar os grupos de poder. Pouco a pouco foi se construindo o mapa conceitual do novo negócio agrícola: inovação, *empowerment*, sociedade do conhecimento, agronegócios, rede de redes, agricultura de precisão, governabilidade, desenvolvimento limpo, boas práticas agrícolas, agricultura do conhecimento, biocombustíveis, pegada de carbono. Os líderes e as principais referências do mundo acadêmico e midiático seriam os encarregados de explicar às distintas audiências a importância da “atitude inovadora”, a mecânica da “sociedade do conhecimento” e o papel das interações intra e extra setoriais, com o objetivo de criar redes de produção cada vez mais dinâmicas, extensas e rentáveis, capazes de multiplicar as transações.

Como mediadora entre os especialistas nacionais/internacionais e os produtores locais, a dirigência aapresidista assumiu papéis cada vez mais centrais no mapa das instituições técnicas. Com capacidade para convocar formadores e aprendizes, a AAPRESID começou a obter certo reconhecimento por parte dos atores relevantes do setor (AACREA, INTA, *Sociedad Rural Argentina*, Universidades). Esse ativismo lhes deu uma abertura para o mundo e os levou a debates e preocupações globais, reinterpretando os interesses e tempos locais em função de dinâmicas e tendências internacionais. Como resultado, a própria identidade começou a integrar essas lógicas e elementos “extra” setoriais e “trans” nacionais.

Essa visão renovada do negócio, ainda que comprovadamente exitosa do ponto de vista econômico, precisava ainda construir uma legitimidade social para se assentar de maneira duradoura no meio rural. Orientados por esse objetivo, adotaram a partir daí um tom quase milenarista ao convocar os produtores a protagonizar a “segunda revolução dos pampas” (Huerdo, 2001). Os congressos anuais, as notas nos jornais de distribuição nacional (*Clarín* e *La Nación*) e os programas de rádio e de televisão foram canais idôneos para a difusão do “sonho argentino” que esses dirigentes cogitavam, como se vê

no artigo do presidente honorário da AAPRESID no jornal *Clarín*, alguns meses antes da grande crise de dezembro de 2001: “Quando começou o 9º Congresso Nacional da AAPRESID, a Argentina, uma vez mais, parecia à beira do abismo. O risco país estava em 1.600 pontos, a bolsa tinha baixas e os *piqueteros* bloqueavam as ruas. Em Mar del Plata, mais de mil empresários agrícolas participavam desta convocatória anual. Pulsava a vida num país que parecia desfalecer. Pulsava um sonho que devemos compartilhar. [...] O país não mudará pela política, mudará pelos empreendedores. [...] Podemos demonstrar com orgulho que contribuímos, com nossas iniciativas, para as conquistas mais relevantes do setor agrário argentino dos últimos anos. [...] Nós somos os protagonistas, com os recursos deste solo generoso, nossa tradição científica, nossa cultura, o talento dos jovens e a garra que precisamos ter para virar esta partida.”¹⁹

Essa militância também alcançou bons resultados na promoção das biotecnologias. Os líderes da AAPRESID foram se relacionando com a dirigência internacional da *new economy* (as multinacionais, os organismos multilaterais, as associações *biotech*), mas também com distintos grupos locais que pouco sabiam do meio agropecuário até então. Neste marco devem ser interpretadas iniciativas como a criação do Grupo Biotecnologia (em novembro de 2000), a edição do *Libro Blanco de AAPRESID* (2004), onde se desfiavam as noções centrais do modelo de agronegócio. Nesta linha de ações legitimadoras “para fora”, a criação do programa de rádio “*Darse cuenta*”²⁰ (2004) respondeu ao objetivo de alcançar uma ampla audiência, como se pode ver pela escolha de uma estação com uma alta audiência (*Radio Continental*). O título do programa foi o mesmo utilizado pela AAPRESID para batizar seu congresso anual de 2003, e o mesmo que, tempos depois, designou a uma Fundação e a uma revista. Todas essas ações são retomadas nos meios de grande alcance: “Na AAPRESID sentimos ter a responsabilidade – como membros da sociedade argentina – de nos envolver em um “*Darse cuenta*” mais amplo, que envolva temas que vão além do meio agrário, mas que têm a ver com nosso espírito. Devemos iniciar uma nova etapa para o campo e para o país, onde todos “*nos demos cuenta*” de que podemos e devemos desenvolver uma nova cultura, baseada em valores como ética, transparência, respeito pela propriedade inte-

¹⁹ V. Trucco, “*El sueño argentino*”, setembro de 2001, disponível em <http://www.clarin.com/suplementos/rural/2001/09/01/r-00801.htm>.

²⁰ A tradução literal é “se dar conta”, utilizada popularmente com o sentido de compreender, entender ou mesmo perceber algo. (N. do T.).

lectual e, fundamentalmente na confiança. Esse é nosso próximo desafio na AAPRESID, e a *Feriagro 2006* é testemunha” (Lorenzatti, 2006).

Os breves comentários sobre as ações “para fora” nos permitem compreender como a função ideológica do conhecimento foi vetorizada pela ideia de “inovação” como uma disposição subjetiva requerida pelo novo paradigma. Para afirmar a conjunção entre função produtiva e ideológica da tecnociência, a dirigência aapresidista reatualizou uma dimensão do perfil identitário: a responsabilidade moral do empresário do conhecimento. Não apenas promotores de uma filosofia a respeito dos recursos naturais, não somente pregadores laicos da nova sociedade do conhecimento, mas potencializando esses atributos já assentados, a dirigência do novo paradigma se manifesta como “líder social moralmente responsável”. Com essa forma de definir seu papel, o caráter político da liderança que se propõe aparece diluído, como uma espécie de subdimensão do social; esses líderes se sentem na obrigação (ética e moral) de conduzir o país pela porta de entrada do novo modelo, da qual eles, enquanto especialistas do conhecimento, têm a chave. A doutrina vem acompanhada do exemplo, o qual, por sua vez, se complementa com a direção “responsável” do coletivo. A “visão”, o “paradigma” ou a “mudança de mentalidades” não são colocados nos termos de um programa político passível de discussão e submetido ao campo das forças e interesses em disputa, cuja legitimidade deriva do voto. Ser inovador não é apenas alcançar uma agricultura cada vez mais rentável, mas também responder com responsabilidade a um problema humanitário: evitar a fome dos futuros 9 bilhões de habitantes no horizonte de 2050.

No âmbito local, a dimensão moral se traduziu no envolvimento em diversos projetos de responsabilidade social empresarial e de desenvolvimento comunitário, ações que outros atores do setor também começaram a implementar. Consequentemente, o novo paradigma começou a se posicionar como a referência social dos “inovadores”, dos “responsáveis” e “comprometidos” com o desenvolvimento da nação, reeditando o clássico repertório da cúpula capitalista rural. O novo paradigma ampliou assim as bases sociais que o sustentavam, alcançando uma posição hegemônica em termos de sua capacidade de impor sua visão de mundo em detrimento de outras visões antagônicas.²¹

A partir de meados de 2000, com a cristalização do paradigma do agro-negócio na Argentina, o diálogo entre a AAPRESID e o resto das entidades empresariais do setor será cada vez mais fluido e as posições adotadas pelo

²¹ Nos referimos em particular à visão que então formulava a *Federación Agraria Argentina*, na qual não somente eram questionadas as ideias-chave do paradigma aapresidista, mas também o acusava de ser a causa da ruína dos “*chacareros*” e da agricultura familiar (FAA, 2005).

mundo do agronegócio poderão ser apoiadas ou criticadas, controvertidas ou consensuais, mas em nenhum caso passarão inadvertidas nem dentro nem fora do setor agropecuário.²²

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Ao fim deste percurso há que se ressaltar a capacidade demonstrada pelo empresariado agrário argentino para liderar um novo processo de modernização agropecuária com base na incorporação de tecnologias de processo e de produto. Contudo, esse processo não redundou, como nos países centrais (Pisani, 1994), em uma industrialização da economia argentina. Pelo contrário, durante o período de mudanças tecnológicas, o setor industrial sofreu um esvaziamento igualmente intenso. Além disso, como se pode ver nos censos agropecuários desde 1988, se observa um processo de expulsão de pequenos e médios produtores que pode ser lido com a chave tecnológica.

Por outro lado, observamos a estratégia de construção de poder por parte dessa cúpula empresarial, a qual, além de garantir a posição hegemônica do modelo de agronegócios, permitiu invisibilizar, com igual êxito, as resistências e dificuldades de manutenção da agricultura familiar, incluindo-se aqui os estratos que conseguiram se inserir com algum êxito no modelo. Essa posição hegemônica se apoiou na “questão tecnológica” – despolitizando, portanto a histórica questão agrária – e envolveu âmbitos que as classes dominantes do espaço agrário não haviam acionado até então: além da tecnociência, o aparato estatal – particularmente o âmbito científico –, os meios de comunicação, e também a esfera política. A trama de poder que acompanhou e moldou a ancoragem local das mudanças associadas à globalização dos sistemas agroalimentares tem uma historicidade concreta: seu desdobramento não apenas implicou na subordinação dos atores mais fracos, mas também em dirimir posições no interior da classe dominante. Com efeito, a edificação do novo paradigma agrário colocou em confronto aqueles que tentavam liderá-lo e os que possuíam visões mais conservadoras e que em meados da década de 1990 ainda dominavam grande parte das instituições agropecuárias. Nos referimos não só à *Sociedad Rural Argentina* ou às *Confederaciones Rurales Argentinas*, mas também à *Asociación Argentina de Consorcios Rurales de Experimentación Agrícola*, associação tecnológica fundada pelo empresariado que conduziu a primeira modernização na década de 1960 e que, no entanto, será interpelada

²² Para uma caracterização dos pilares do agronegócio na Argentina, ver Gras e Hernández (2013).

pela radicalidade das tendências do novo paradigma do agronegócio, precisando assim se reacomodar para poder se integrar a ele. Esses elementos são os que revelam a natureza eminentemente política do agronegócio, na medida em que tratam da complexa constituição de um bloco de poder.

Por fim, queremos ressaltar as tensões que pairam sobre esse modelo hegemônico. Em primeiro lugar, apontamos as dinâmicas do mercado que afetam a consolidação alcançada por essa cúpula de empresários. Por um lado, a situação das médias empresas – significativas devido à sua inserção territorial – é afetada pela concentração empresarial em favor da produção em grande escala; por outro, a situação das grandes empresas, posicionadas mais “nacionalmente” que se deparam com dificuldades para negociar preços (em especial com os donos de terras) diante do fortalecimento das megaempresas cujo horizonte de acumulação é global. Em segundo lugar, a sociedade do agronegócio termina por gerar fortes resistências a partir da tematização pública de seus impactos ambientais. O debate liderado por coletivos sociais e organizações camponesas entrelaçou de tal modo a questão agrária à ambiental que conseguiu potencializar ambos os tipos de resistência e os recolocou na cena nacional, convocando tanto a atores rurais quanto urbanos, tanto nacionais quanto internacionais. Por último, não são menores as tensões induzidas pelas políticas públicas cujo desenho sustenta o modelo do agronegócio, mas também promove a agricultura familiar. Isso estaria evidenciando uma aposta na expansão controlada do atual modelo hegemônico; um tipo de “dominação do agronegócio sob a tutela do Estado”, onde a coexistência com diversos modelos é garantida pela implementação de políticas ativas de fomento e de promoção, ainda que essa coexistência não seja explicitamente tematizada. Um amplo leque de interrogações se abre em torno da hipótese da “coexistência sustentável” dessas diversas agriculturas nos territórios.

Definitivamente, o modelo atualmente homogêneo nas agriculturas do Mercosul, está assentado em poderosos pilares materiais e simbólicos, mas também está sulcado por fendas que o enfraquecem. O modo pelo qual se combinem as forças e contradições no contexto capitalista contemporâneo indicará a possibilidade de construir um modelo alternativo de sociedade que formule uma agricultura social e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

AAPRESID. *Atas de congressos* -1992 a 2007. Disponível em: < <http://www.aapresid.org.ar/>>. Acesso em: 01/04/2014.

ACHKAR, M.; DOMÍNGUEZ, A.; PESCE, F. *Agronegocios LTD*. Nuevas modalidades de colonialismo en el Cono Sur de América Latina. Montevideo: Food & Water Watch / REDES-AT, 2008.

BARSKY, O.; GELMAN, J. *Historia del agro argentino*. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires: Grijalbo-Mondadori, 2001.

BUSCH, L.; BAIN, C. New! Improved? The Transformation of the Global Agrifood System, *Rural Sociology*, [S.l.], v. 69, n. 3, p. 321-346, 2004.

FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA. *La tierra, para qué, para quiénes, para cuántos. Por una agricultura con agricultores*. Congreso Nacional y Latinoamericano de Uso y tenencia de la Tierra. Buenos Aires: CICCUS, 2005.

FLICHMAN, G. *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1977.

GORI, G. *El pan nuestro*. Panorama social de las regiones cerealeras argentinas. Buenos Aires: UNQUI, 2002 [primeira edição 1958].

GRACIANO, O. El agro pampeano en los «clásicos» del socialismo argentino. Las propuestas hacia el campo de Juan B. Justo, 1894-1928. In: GRACIANO, O.; GUTIÉRREZ, T. (Org.). *El agro en cuestión*. Discursos, políticas y corporaciones en la Argentina, 1870-2000. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 87-116.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. El fenómeno sojero en perspectiva: dimensiones productivas, sociales y simbólicas de la globalización agro-rural en Argentina. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). *La Argentina rural*. De la agricultura familiar a los agronegocios. Buenos Aires: Biblos, 2009, p. 15-38.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). *El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Biblos, 2013, p. 17-48.

HABERMAS, J. *La technique et la science comme idéologie*. Paris: Gallimard, 1973.

HERNÁNDEZ, V. Ruralidad globalizada y el paradigma de los agronegocios en las pampas gringas. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). *La Argentina rural*. De la agricultura familiar a los agronegocios. Buenos Aires: Biblos, 2009, p. 39-64.

_____. Genealogía de una elite rural: elucidación antropológica de una práctica de poder. *Mundo Agrario*, Buenos Aires, v. 13, n. 26, p.1-39, 2013.

HORA, R. *Los terratenientes de la Pampa argentina*. Una historia social y política, 1860-1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

_____. *Los estancieros contra el Estado*. La Liga Agraria y la formación del ruralismo político en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

JORNAL *Clarín* on line 1989 a 2007, <http://www.clarin.com/>

McMICHAEL, P. Rethinking Globalization: the agrarian question revisited. *Review of International Political Economy*, Londres, v. 4, n. 4, p. 630-632, 1997.

McMICHAEL, P. The power of food. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 17, n. 1, p. 21-33, 2000.

MURMIS, M.; PORTANTIERO, J.C. *Sobre los orígenes sociales del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1984 [primeira edição 1971].

ORDOÑEZ, H. *NENA. Nueva economía y negocios agroalimentarios*. Buenos Aires: Programa de Agronegocios y Alimentos, FAUBA, 2000.

OTERO, G. El régimen alimentario neoliberal y sus crisis. In: OTERO, G. (Org.). *La dieta neoliberal: globalización y biotecnología en las Américas*. México: Miguel Ángel Porrúa Editor, 2014, p. 15-42.

PECHLANER, G.; OTERO, G. The third food regime: neoliberal globalism and agricultural biotechnology in North America. *Sociologia Ruralis*, Wageningen, v. 48, n. 4, p. 351-371, 2008.

_____. The Neoliberal Food Regime: Neoregulation and the New Division of Labor in North America. *Rural Sociology*, Wageningen, v. 75, n. 2, p. 179-208, 2010.

PISANI, E. *Pour une agriculture marchande et ménagère*. France: Ed. de l'Aube, 1994.

SÁBATO, H. La cuestión agraria pampeana: un debate inconcluso. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 27, n. 106, p. 291-301, 1987.

SÁBATO, J. *La clase dominante en la Argentina moderna*. Buenos Aires: CISEA- Imago Mundi, 1988.

TEUBAL, M. *Globalización y expansión agroindustrial. ¿Superación de la pobreza en América Latina?* Buenos Aires: Corregidor, 1995.